

**HABEAS CORPUS Nº 496.250 - SC (2019/0061958-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
JULIANA BRAIDOTI RODRIGUES - SP350134  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : DOUGLAS FRANCISCO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DOUGLAS FRANCISCO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Agravado de Execução Penal n. 0021527-21.2018.8.24.0038).

Consta dos autos que o Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Joinville "*concedeu ao reeducando a saída antecipada em regime semiaberto em prisão domiciliar, mediante monitoramento eletrônico e demais condições, fundamentando-se no enunciado da Súmula Vinculante n. 56 do Superior Tribunal Federal*" (e-STJ fl. 204).

Inconformado, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução, tendo o Tribunal de origem provido o recurso, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 202):

*AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – INSURGÊNCIA MINISTERIAL CONTRA DECISÃO QUE DEFERIU PRISÃO DOMICILIAR AO APENADO, COM FUNDAMENTO NA SÚMULA VINCULANTE N. 56 DO STF – APENADO QUE NÃO PREENCHE OS REQUISITOS DA PRISÃO DOMICILIAR – ESTABELECIMENTO CORRECIONAL ADEQUADO.*

*I – A prisão domiciliar, em regra, só será admitida àquele que cumpre pena em regime aberto quando se tratar de condenado maior de 70 anos, ou acometido de doença grave, e condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental ou gestante. E, em situações excepcionais, aos apenados em regime semiaberto ou fechado, como quando comprovada a debilidade extrema por doença grave e a impossibilidade de recebimento do tratamento, ou, ainda, pela falta de estabelecimento penal adequado (STF, Súmula n. 56).*

*II – Não há que ser deferida saída antecipada a preso do regime semiaberto que não preenche os requisitos do art. 117 da Lei de Execução Penal nem se encontra em situação excepcional de debilidade extrema ou alocado em estabelecimento incompatível com o regime intermediário.*

*III – A situação caótica do sistema penitenciário não pode ser justificativa para liberar quem deveria estar preso, sob pena de risco concreto à segurança pública.*

*RECURSO PROVIDO.*

Nas razões do presente *writ*, a Defensoria Pública sustenta que "o apenado não pode ser mantido em estabelecimento penal destinado ao cumprimento de pena mais severa do que o regime em que se encontra, de modo a caracterizar excesso de execução" (e-STJ fl. 9), afirmando que "o Magistrado de primeiro grau, que lida diariamente com a execução penal de Joinville e faz visitas periódicas ao estabelecimento prisional, reconheceu a inadequação do Presídio Regional de Joinville e da Penitenciária Industrial de Joinville para o cumprimento de pena do regime semiaberto" (e-STJ fl. 11). Colaciona precedente deste Superior Tribunal em que foi concedida a ordem ao paciente, alegando ser caso idêntico ao dos presentes autos (e-STJ fls. 9/10).

Requer, liminarmente, que "*CONCEDA-SE a ordem de habeas corpus para colocar o PACIENTE em regime aberto — ou, na sua falta, mantê-lo em regime domiciliar —, até que surja vaga em estabelecimento adequado ao regime semiaberto ou até o julgamento definitivo do writ*" (e-STJ fls. 12/13).

No mérito, pugna pelo restabelecimento da decisão de primeiro grau. Subsidiariamente, pleiteia, caso não se conheça do *habeas corpus*, seja concedida a ordem de ofício.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 851/853).

Foram prestadas as informações (e-STJ fls. 857/862 e 865/928).

O Ministério Público Federal, ao se manifestar, opinou "*pela manutenção da decisão impugnada*" (e-STJ fls. 930/935).

É, em síntese, o relatório.

Firmou-se no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a inexistência de vaga em estabelecimento prisional compatível com o regime determinado no título condenatório ou decorrente de progressão de regime permite ao condenado o

cumprimento da reprimenda no modo menos gravoso.

Ora, ante a deficiência do Estado em viabilizar a implementação da devida política carcerária, deve-se conceder ao paciente, em caráter excepcional, o cumprimento da pena em regime imediatamente menos gravoso ou, na falta de casa de albergado ou similar, em prisão domiciliar, até o surgimento da vaga em estabelecimento adequado.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados desta Corte Superior:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO CRIMINAL. REGIME SEMIABERTO. AUSÊNCIA DE VAGAS. PRISÃO DOMICILIAR ATÉ O SURGIMENTO DE VAGA EM ESTABELECIMENTO ADEQUADO. POSSIBILIDADE.

*1. Não havendo vagas no regime prisional adequado, deve o réu ficar em situação menos gravosa até que o Estado providencie vaga compatível ao regime de cumprimento da pena que lhe foi fixado. Precedentes.*

*2. Ordem concedida para determinar que o paciente cumpra sua pena em regime domiciliar, mediante as condições impostas pelo Juízo da Execuções, até o surgimento de vaga no regime semiaberto. Ratificada a liminar (HC 284.256/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 19/11/2015, DJe de 9/12/2015, grifei).*

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. (1) PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. INEXISTÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PENAL ADEQUADO. FLAGRANTE ILEGALIDADE. OCORRÊNCIA. CUMPRIMENTO EM REGIME ABERTO DOMICILIAR. POSSIBILIDADE. (2) WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

*1. Hipótese em que existe manifesta ilegalidade pois, se por culpa do Estado, o condenado não vem cumprindo a pena em estabelecimento compatível com o regime fixado na decisão judicial (semiaberto), resta caracterizado o constrangimento ilegal. Como cediço, a inexistência de vaga no estabelecimento penal adequado ao cumprimento da pena permite ao condenado a possibilidade de cumpri-la em regime aberto domiciliar.*

*2. Writ não conhecido. Ordem concedida de ofício (HC 329.266/TO, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/9/2015, DJe de 30/9/2015, grifei).*

Nada obstante, na ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário n. 641.320/RS, processado sob o rito da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal

assentou as seguintes diretrizes quanto à celeuma do apenado que alcança progressão para o regime prisional menos gravoso, sobretudo no que tange ao regime prisional semiaberto, e que continua a cumprir pena em regime prisional mais gravoso em razão da inexistência de vagas em casa de albergado ou estabelecimento adequado ou similar:

*a) A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso;*

*b) Os juízos da execução penal poderão avaliar estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para qualificação como adequados a tais regimes. São aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como 'colônia agrícola, industrial' (regime semiaberto) ou 'casa de albergado ou estabelecimento adequado' (regime aberto) (art. 33, § 1º, alíneas 'b' e 'c', do CP);*

*c) Havendo déficit de vagas, deverá determinar-se:*

*(i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas;*

*(ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas;*

*(iii) o cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto;*

*d) Até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado (grifei).*

À vista de tais premissas, foi editado o entendimento Sumular Vinculante n. 56 pelo Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

*A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar nessa hipótese os parâmetros fixados no RE 641.320.*

Não obstante, no caso dos autos, confira-se a fundamentação do acórdão impugnado no ponto em que interessa ao julgamento da presente impetração (e-STJ fls. 205/206):

*Trata-se de recurso de agravo em execução penal interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra decisão proferida pelo Juiz de Direito João Marcos Buch, titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, que, nos autos n. 0032605-90.2010.8.24.0038, concedeu ao reeducando a saída antecipada em regime semiaberto em prisão domiciliar, mediante monitoramento eletrônico e demais condições, fundamentando-se no enunciado da Súmula Vinculante n. 56 do Superior Tribunal Federal.*

*Sobre a prisão domiciliar, dispõe o art. 117 da Lei de Execução Penal, que ela só será admitida àquele que cumpre pena em regime aberto em*

*residência particular quando se tratar de condenado maior de 70 (setenta) anos ou acometido de doença grave e condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental ou gestante, situações nas quais não se encaixa o agravado.*

*Todavia, ela também tem sido aplicada em situações excepcionais, aos apenados em regime semiaberto ou fechado, como quando comprovada a debilidade extrema por doença grave e a impossibilidade de recebimento do tratamento adequado no estabelecimento penal (HC n. 365.633/SP, j. em 18/05/2017) ou na falta de estabelecimento penal adequado (Súmula n. 56 do STF), devendo observar os parâmetros fixados no Recurso Extraordinário n. 641.320.*

*Nenhuma dessas hipóteses se encaixa no caso em tela; na espécie, o apenado não está acometido de doença grave e a **Penitenciária Industrial de Joinville é local adequado de resgate de pena em regime semiaberto, consoante já se manifestou esta Corte em diversas oportunidades** (nesse sentido: TJSC, Agravo n. 0013904-37.2017.8.24.0038, de Joinville, rel. Volnei Celso Tomazini, j. em 17.04.2018, Agravo n. 0022069-73.2017.8.24.0038, de Joinville, rel. Des. Sérgio Rizelo, j. em 06.03.2018, Agravo n. 0020243-12.2017.8.24.0038, de Joinville, rel. Des. Carlos Alberto Civinski, j. em 01.03.2018, Agravo n. 0017765-76.217.8.24.0038, de Joinville, rel. Des. José Everaldo Silva, j. em 01.03.2018).*

*Por outro lado, não obstante não se descure sobre a função social da pena e o respeito à dignidade da pessoa humana, quando se trata de colisão entre os princípios, um deles tem que ceder diante de critérios de razoabilidade e proporcionalidade que não se admitem padronização. Por isso as decisões devem ser relacionadas com as peculiaridades dos fatos e de seus agentes e buscar uma saída razoável e proporcional, que traga menos risco de dano possível.*

*No caso, o agravado foi condenado às penas que, somadas, após o deferimento de comutação, totalizam 12 anos, 9 meses e 24 dias de reclusão, em regime de cumprimento fechado, em razão da prática de crimes comuns, reconhecida a reincidência (fls. 270-271 e 374).*

*Nesse contexto, a situação caótica do sistema penitenciário não pode ser justificativa para liberar quem deveria estar preso, sob pena de risco concreto à segurança pública, como no caso de se conceder precipitadamente indevida prisão domiciliar a condenado por quatro crimes, entre eles tráfico de drogas e furto (grifei).*

Diante dessas considerações, embora não inserido em estabelecimento definido como colônia agrícola ou industrial, vê-se que o paciente encontra-se cumprindo pena em estabelecimento adequado ao regime semiaberto, uma vez que, em inúmeros casos semelhantes ao dos presentes autos, esta Corte, na mesma linha do que decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, reconheceu que, na Penitenciária

Industrial de Joinville, os sentenciados que cumprem pena no regime intermediário têm assegurados todos os benefícios legais inerentes a tal regime e, por isso, não há que se falar em violação aos ditames preconizados pelo enunciado 56 da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte:

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. INEXISTÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO ADEQUADO. APENADO QUE ESTÁ CUMPRINDO PENA EM LOCAL QUE LHE ASSEGURA OS BENEFÍCIOS DO REGIME INTERMEDIÁRIO DE CUMPRIMENTO DE PENA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À SÚMULA VINCULANTE N. 56/STF.**

1. Firmou-se no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a inexistência de vaga em estabelecimento prisional compatível com o regime determinado no título condenatório ou decorrente de progressão de regime permite ao condenado o cumprimento da reprimenda no modo menos gravoso. Ante a deficiência do Estado em viabilizar a implementação da devida política carcerária, deve-se conceder ao paciente, em caráter excepcional, o cumprimento da pena em regime imediatamente menos gravoso ou, na falta de casa de albergado ou similar, em prisão domiciliar, até o surgimento da vaga em estabelecimento adequado.

2. A Corte Excelsa editou a Súmula Vinculante n. 56, verbis: "A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar nessa hipótese os parâmetros fixados no RE 641.320."

3. No caso, contudo, o Tribunal de origem assentou que, "conquanto os apenados estejam em resgate da pena privativa de liberdade em estabelecimento com designação incompatível (penitenciária e não colônia), as condições de encarceramento no interior da Penitenciária Industrial de Joinville são satisfatórias, ao passo que são oportunizados aos detentos em regime semiaberto os benefícios do trabalho externo, aliado ao fato de que, por ocasião de seus recolhimentos ao cubículo prisional, permanecem separados dos demais reeducandos do modo executacional fechado, de sorte que os direitos inerentes ao sistema de cumprimento da reprimenda estão sendo respeitados". Assim, à vista das peculiaridades do caso, não se pode afirmar que o paciente/agravante cumpre pena no regime mais gravoso, o que, por certo, não autorizaria afirmar que há violação à Súmula Vinculante n. 56 do Supremo Tribunal Federal, de modo a autorizar a concessão da ordem.

4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no HC n. 398.050/SC, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe de 17/8/2017, grifei).

**EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. REGIME SEMIABERTO. CUMPRIMENTO DA PENA EM ALA DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL SEPARADA DOS DEMAIS PRESOS. ART. 82, § 2º, DA LEP. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.**

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do mandamus, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

2. In casu, a Corte de origem consignou, no voto condutor do acórdão proferido, verbis: [...] a ausência de vagas para o cumprimento da pena no regime semiaberto não implica, obrigatoriamente, a progressão antecipada ou o deferimento da prisão domiciliar. Afinal, a nomenclatura do estabelecimento não autoriza, por si só, a procedência dos pedidos: antes deve-se averiguar a (in)adequação do local e o (des)respeito aos direitos básicos do apenado. No caso, não há razões suficientes para a excepcional colocação do reeducando em regime aberto ou em prisão domiciliar, conforme as recomendações do julgado paradigmático. **Isso porque o apenado encontra-se cumprindo pena na Penitenciária Industrial de Joinville, a qual detém espaço destinado exclusivamente aos presos em regime semiaberto, com menor vigilância, enquadrando-se no conceito de estabelecimento penal similar** (veja-se o acostado às fls. 22-65). [...]

3. Com efeito, consolidou-se nesta Corte Superior de Justiça entendimento de que, se o apenado encontra-se alojado em pavilhão independente e autônomo de estabelecimento destinado ao regime fechado, sem ligação física com o restante do presídio, prestando trabalho externo e usufruindo de saídas temporárias, segundo as regras do regime semiaberto, não há constrangimento ilegal a ser sanado, uma vez que o reeducando não se encontra cumprindo pena em regime mais rigoroso do que o devido.

4. Impende ressaltar que o habeas corpus não é a via adequada para se desconstituir o decidido pela instância originária com base no conjunto probatório constante dos autos. Na hipótese vertente, mostra-se necessário o reexame aprofundado dos fatos e provas carreados ao processo de execução, procedimento vedado pelos estreitos limites do remédio heroico, caracterizado pelo rito célere e por não admitir dilação probatória.

5. Habeas corpus não conhecido (HC 402.093/SC, relator o Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/10/2017, grifei).

**PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PACIENTE QUE OBTVEU A PROGRESSÃO PARA O REGIME SEMIABERTO. PLEITO DE CUMPRIMENTO DA PENA EM PRISÃO DOMICILIAR ANTE A INEXISTÊNCIA DE ESTABELECIMENTO COMPATÍVEL COM O REGIME IMPOSTO. PACIENTE QUE CUMPRE PENA EM PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DA COMARCA QUE OBSERVA OS PRESSUPOSTOS DO REGIME SEMIABERTO. ENTENDIMENTO QUE NÃO OFENDE A SÚMULA VINCULANTE 56 DO STF. WRIT NÃO CONHECIDO.**

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. O Supremo Tribunal Federal, nos termos da Súmula Vinculante n. 56, entende que "a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS".

3. Esse Superior Tribunal tem, reiteradamente, adotado o entendimento de que "se o apenado encontra-se alojado em pavilhão independente e autônomo de estabelecimento destinado ao regime fechado, sem ligação física com o restante do presídio, prestando trabalho externo e usufruindo de saídas temporárias, segundo as regras do regime semiaberto, não há constrangimento ilegal a ser sanado, uma vez que o reeducando não se encontra cumprindo pena em regime mais rigoroso do que o devido" (HC 331.834/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/12/2015, DJe 16/12/2015).

4. Na hipótese, o apenado não se encontra sujeito a regime mais rigoroso, já que, segundo bem salientado pelo Tribunal a quo, "embora a Penitenciária Industrial de Joinville não seja propriamente dita uma colônia agrícola ou industrial (LEP, art. 91 e CP, art. 35, §1º), enquadra-se no conceito legal de estabelecimento prisional similar."

5. Habeas corpus não conhecido. Cassada a liminar concedida (HC 391.406/SC, relator o Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 27/4/2017, grifei).

Ante o exposto, **denego a ordem.**

Publique-se. Intimem-se.



*Superior Tribunal de Justiça*

**DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

